



Ao Excelentíssimo Senhor,  
Alexandre Padilha,  
Ministro de Estado da Secretaria de Relações Institucionais

Brasília, 14 de agosto de 2023

Excelentíssimo Senhor Ministro:

A Frente Pela Vida, entidade que nasceu durante os anos mais duros de pandemia, no meio de um governo da extrema direita, vem manifestar a sua preocupação com a possibilidade de recuo das propostas vitoriosas nas últimas eleições para a Presidência da República.

Estamos apreensivos com a possibilidade de redução ou extinção dos pisos constitucionais previstos para áreas como saúde e educação. Igualmente, nos aflige a possibilidade do estabelecimento de tetos para investimentos nas áreas de saúde e seguridade social. Lutamos para que o projeto que emergiu das urnas seja implementado e para que o país abandone definitivamente os rumos ditados pelo neoliberalismo. Neoliberalismo que vem destruindo as políticas de bem-estar, concentrando renda e espalhando a miséria e a violência. Neoliberalismo responsável pelo fortalecimento de correntes políticas fascistas e protofascistas.

Em 5 de agosto de 2022, Dia Nacional da Saúde, foi realizada em São Paulo, ainda sob a triste sombra da Pandemia de Covid-19, a Conferência Livre, Democrática e Popular de Saúde. Organizada com o estímulo do então candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a Conferência buscou colocar a saúde como objetivo prioritário de um projeto nacional centrado nas pessoas e na sustentabilidade ambiental. Um projeto diametralmente oposto às diretrizes neoliberais e ao rebaixamento do Estado a agente de negócios de segmentos privilegiados.



Na ocasião, Lula reafirmou o seu compromisso com as propostas de defesa do Sistema Único de Saúde desenhado na Constituição de 1988. Reafirmou também que os recursos destinados à saúde não poderiam ser considerados gastos, mas sim como investimentos na qualidade de vida e no fortalecimento geral da economia. Uma economia compromissada com a defesa da vida.

Apoiada fortemente pelos movimentos sociais, entre os quais estava a Frente Pela Vida, a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva derrotou a proposta de um Estado para poucos, adepto da necropolítica, antinacional, predatório e distante dos problemas enfrentados pela ampla maioria da população.

Embora pressionadas por condições adversas herdadas do governo anterior, saúde e vida digna para todos passaram novamente à condição de parâmetros de aferição do desenvolvimento que se pretende sustentável, inclusivo, democrático e soberano. Garantir saúde e condições dignas para todos foram reafirmadas como as principais atribuições do Estado, enquanto instrumento a serviço do processo civilizatório.

Reafirmação que marcou o discurso do Presidente Lula na 17ª Conferência Nacional de Saúde e o compromisso de luta da Ministra Nísia Trindade Lima. Uma luta do governo com a desigualdade que marca nosso país. Um país com um passado escravista e colonial que conforma os valores de um segmento de uma elite econômica antinacional, avessa à redistribuição de renda e não aderente as concepções de justiça social.

É notório que, sob o pretexto da defesa do equilíbrio fiscal, as políticas de austeridade foram naturalizadas e colocadas como o único caminho a ser trilhado pelo país. Uma lógica que não corresponde à realidade e que vem restringendo a adoção de perspectivas situadas no escopo de um desenvolvimentismo inclusivo e sustentável. O chamado arcabouço fiscal, apesar de todo o esforço da equipe da área econômica e do



planejamento, pode acabar por impor limites a implementação de políticas macroeconômicas condizentes com um projeto centrado nas noções de bem-estar e bem viver. A mesma preocupação se estende à necessidade de uma Reforma Tributária que desonere o consumo e a produção para incidir sobre a renda e o patrimônio de forma crescente.

O estrago promovido pelos governos Temer e Bolsonaro é enorme. Um retrocesso que até hoje atinge a população submetida aos impactos negativos das reformas trabalhista e da Previdência, ao desemprego e à precarização das relações de trabalho. O país precisa rever a proteção ao trabalho e à seguridade social. O país precisa de uma reforma redistributiva e de políticas macroeconômicas que garantam o provimento dos recursos necessários à saúde e demais áreas da seguridade social. O SUS não pode ser um dreno de recursos públicos para a iniciativa privada. É preciso investir na estrutura estatal de atenção, prevenção e promoção da saúde.

A Frente pela Vida se coloca à disposição para acompanhar e enfrentar essas batalhas em prol da dignidade do povo brasileiro.